

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.345.648 - PR (2012/0201192-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : REINALDO CHAVES RIVERA - PR012310
LEONARDO SPERB DE PAOLA E OUTRO(S) - PR016015
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -
PR0000000

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL. DECADÊNCIA DO DIREITO POTESTATIVO DO FISCO DE IMPUGNAR ADMINISTRATIVAMENTE AS DECLARAÇÕES APRESENTADAS. ART. 154, § 4º. DO CTN. DECISÃO DE FLS. 473/478. RECONSIDERADA PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA CONTRIBUINTE.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto por HAFIL EMPREENDIMENTOS LTDA. contra decisão que negou seguimento ao seu Recurso Especial, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. COMPENSAÇÃO ORIUNDOS DE PREJUÍZO FISCAL DE TERCEIRO. PRESCRIÇÃO INTERROMPIDA PELA ADESÃO DO CONTRIBUINTE A PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO ACERVO-FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

2. Nas razões recursais, sustenta a agravante que (a) não houve observância do prazo decadencial para se impugnar a compensação (aproveitamento de prejuízos), o que afronta o disposto no art. 150, § 4º. do CTN; (b) *impossibilidade de a Administração Tributária impugnar o aproveitamento de prejuízos líquidos e certos, devidamente contabilizados e declarados, com fundamento em irregularidade formal sanada antes de qualquer verificação administrativa e sem implicar qualquer prejuízo ao Fisco*, sob pena de violação do disposto nos incisos VI e IX, par. único do art. 2º. da Lei 9.784/1999 e contrariar a jurisprudência desta Corte Superior.

3. Pugna, desse modo, pela reconsideração da decisão atacada ou a apresentação do feito à Turma Julgadora.

4. É o relatório.

5. Assiste razão à agravante. De fato, diversamente do que constou na decisão agravada, não se está se discutindo a contagem do prazo prescricional para cobrança de débito tributário, quando há interrupção em virtude de acordo de parcelamento. A questão debatida nos presentes autos diz respeito ao prazo decadencial para o Fisco impugnar o aproveitamento de prejuízo fiscal para compensação com encargos moratórios de débitos objeto de parcelamento, na forma prevista no inc. II do § 7o. do art. 2o. da Lei 9.964/2000. Impõe-se, desta forma, reconsiderar a decisão agravada, passando-se de imediato a novo exame do mérito recursal.

6. É fato incontroverso nos presentes autos que a agravante cedeu a terceiros parte de seus prejuízos fiscais em 9.2.2001, e que tais prejuízos foram lançados no Livro de Apuração do Lucro Real-LALUR, sendo posteriormente objeto de duas retificadoras de Declaração de Informações Econômicas-Fiscais da Pessoa Jurídica-DIPJ, datadas de 8.3.2011 e 9.4.2001. No entanto, somente em outubro de 2006, o Fisco chegou à conclusão de que o disposto inc. II do § 7o. do art. 2o. da Lei 9.964/2000 somente admitia a compensação de prejuízos fiscais, próprios e de terceiros, na hipótese de DIPJS apresentadas à Secretaria da Receita Federal até a data de 31.10.1999, e rejeitou as operações efetuadas pela Contribuinte. Somente a partir de tal constatação, o Fiscal procedeu ao lançamento tributário das diferenças apuradas.

7. Observa-se que houve decurso de mais de cinco anos entre a data do aproveitamento dos prejuízos fiscais e das declarações retificadoras e a data em que o Fisco rejeitou tais operações e procedeu ao lançamento tributário. Contudo, segundo a melhor interpretação do art. 150, § 4o. do CTN, o prazo para a Fazenda Pública proceder ao lançamento do crédito tributário em virtude da ocorrência de nulidade ou vício da compensação efetuada inicia-se na data da entrega das declarações pelo Contribuinte, momento a partir do qual o Fisco encontra-se habilitado a

proceder a homologação. A propósito, citam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A HOMOLOGAÇÃO. PAGAMENTO A MENOR. DECADÊNCIA. PRAZO. QUINQUENAL. TERMO A QUO. INCIDÊNCIA DO ART. 150, § 4º, DO CTN. LANÇAMENTO. AUTO DE INFRAÇÃO. REVISÃO. PRAZO DE DECADÊNCIA. ART. 149, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN.

1. Ao contrário do defendido pelo ora agravante o provimento do recurso especial do agravado não ensejou a análise do conteúdo fático dos autos, mas tão simplesmente a interpretação dos fundamentos acórdão recorrido.

2. Esta Corte entende que, nos termos dos art. 145, III, e 149, VIII, e parágrafo único, ambos do CTN, a revisão do lançamento tributário é perfeitamente possível desde que realizada dentro do prazo decadencial.

3. O lançamento tributário foi efetivado por meio de auto de infração em 25/2/2003, ocorrendo termo de revisão do referido auto em 20/12/2004, cujos fatos geradores se deram nos anos de 01/1999 a 12/1999.

4. O prazo decadencial para a revisão do lançamento é o mesmo para o lançamento revisado; no presente caso, por se tratar de tributo com lançamento por homologação e havendo pagamento a menor, aplica-se a regra prevista no art. 150, § 4º, do CTN, ou seja, cinco anos contados do fato gerador.

5. Foi extrapolado o prazo decadencial dos débitos referentes de 01/1999 a 11/1999, já que o termo de revisão deu-se em 20/12/2004. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp. 397.178/ES, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.2.2014)

2 2 2

TRIBUTÁRIO. IRPJ E CSLL - PREJUÍZOS FISCAIS - COMPENSAÇÃO - DCTF - TRIBUTOS SUJEITOS AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - DECADÊNCIA - PRÉVIA DECLARAÇÃO - TERMO INICIAL - FATO GERADOR.

1. Havendo prévia declaração de tributos, na qual o contribuinte compensou prejuízos fiscais sem observância dos limites exigidos pela Lei 8.981/95, já se encontra o Fisco habilitado à homologação ou não da atividade plasmada na declaração desde sua entrega, descabendo o argumento pela cumulatividade das regras do art. 150, § 4º com o art. 173, I, do CTN.

2. Em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, tem aplicação o disposto no art. 150, § 4º, do CTN, contando-se o prazo de revisão do lançamento de cinco anos a partir do fato gerador 3. Recurso conhecido em parte e, nessa parte, não provido.

(REsp 898.459/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/10/2008, DJe 06/11/2008)

8. Registra-se, ainda, que, embora o Tribunal de origem teça considerações acerca da interrupção do prazo decadencial em virtude da suspensão da exigibilidade decorrente do acordo de parcelamento do débito remanescente, tal fato é irrelevante para a contagem do prazo decadencial, visto que não está em discussão o direito do Fisco de cobrar os débitos tributários incluídos no Refis, mas sim de impugnar o aproveitamento de prejuízos fiscais, devidamente declarados. O parcelamento dos demais valores, portanto, não tem o condão de interromper a contagem do prazo decadencial para o Fisco homologar ou impugnar as operações declaradas pela Contribuinte. São coisas distintas e que devem ser tratadas distintamente. Ou seja, o acordo de parcelamento não tem o condão de suspender ou interromper a contagem do prazo decadencial para a impugnação administrativa.

9. Impende considerar, também, que a suspensão da exigibilidade do crédito tributário não impede o lançamento tributário pelo Fisco, razão pela qual não suspende o prazo decadencial para tal fim. A propósito, cita-se o seguinte julgado:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. INVIABILIDADE. VEDAÇÃO CONTIDA EM LIMINAR MANDAMENTAL. MODIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. As causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário (art. 151 do CTN) obstam a prática de atos que visem sua cobrança, mas não impedem o lançamento, que deve ser efetuado dentro do prazo de cinco anos.

2. Contudo, no caso dos autos, o Tribunal de origem deixou expressamente delineado que liminar concedida em mandado de segurança vedava a atuação do Fisco, inclusive quanto à constituição do crédito tributário. A modificação de tal conclusão encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp. 410.492/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 18.3.2014).

10. Constata-se, assim, que, não tendo o Fisco verificado as irregularidades da compensação de prejuízos fiscais e na retificadora dentro do prazo de 5 anos a contar da entrega das declarações, o reconhecimento da decadência do direito potestativo conferido ao Fisco de impugnar administrativamente os valores declarados pela Contribuinte é medida que se impõe, nos termos do art. 154, § 4o. do CTN, bem como dos citados precedentes jurisprudenciais desta Corte Superior.

11. Ante o exposto, reconsidera-se a decisão de fls. 473/478 para dar provimento ao Recurso Especial da Contribuinte, a fim de reconhecer a decadência do direito do Fisco de impugnar a transferência e aproveitamento dos prejuízos fiscais discutidos nos presentes autos, restando dispensável o exame das demais questões.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR